



Indústria da notícia e execuções sumárias: Gaye Tuchman e jornalismo criminal¹

Aldenor da Silva PIMENTEL²
Ana Carolina Rocha Pessoa TEMER³
Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO

RESUMO

Este artigo tem por objetivo discutir sobre jornalismo criminal, à luz das ideias da socióloga estadunidense Gaye Tuchman. Para tanto, foi realizada pesquisa bibliográfica dos trabalhos em Língua Portuguesa da autora na área da Comunicação e de pesquisadores cujas publicações a referenciam. Os principais conceitos desenvolvidos por Tuchman serão aqui expostos e utilizados para a análise do fenômeno da cobertura jornalística da execução sumária de suspeitos, acusados e sentenciados por crimes hediondos de estupro e homicídio qualificado de criança, adolescente e mulher.

PALAVRAS-CHAVE: jornalismo criminal; Gaye Tuchman; newsmaking; teorias do Jornalismo.

INTRODUÇÃO

Mestre e doutora em Sociologia pela Brandeis University, atualmente, Gaye Tuchman é professora do Departamento de Sociologia da Universidade de Connecticut, nos Estados Unidos (UNIVERSITY OF CONNECTICUT, 2012). Sua principal obra na área de Comunicação é o livro *Making news: a study in the construction of reality* (TUCHMAN, 1978). Resultado de sua tese de doutorado (TUCHMAN, 1969), o trabalho ainda não foi traduzido para a Língua Portuguesa. A versão em Espanhol recebeu o título *La producción de la noticia: estudio sobre la construcción de la realidad* (TUCHMAN, 1983) e está esgotada no Brasil, inclusive em sebos. Não há previsão para o lançamento de uma nova edição em Língua Espanhola (INFO – EDITORIAL GUSTAVO GILI, 2012).

A produção intelectual de Tuchman é de difícil acesso aos brasileiros. Seus três únicos trabalhos em Língua Portuguesa até o momento são os artigos: 1) *As notícias como uma realidade construída* (2002); 2) *Contando “estórias”* (1999b) e 3) *A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos*

¹ Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste, realizado de 30 de maio a 01 de junho de 2013.

² Mestrando em Comunicação pela UFG, com mestrado sanduíche pela Unisinos. Graduado em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo, pela UFRR, especialista em Comunicação, Assessoria de Comunicação e Novas Tecnologias, pela Facinter, e especialista em Docência no Ensino Superior, pelas Faculdades de Educação Montenegro, email: aldenor_pimentel@yahoo.com.br.

³ Doutora e Mestre em Comunicação Social pela UMESSP. Professora do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Facomb-UFG, email: anacarolina.temer@gmail.com.



jornalistas (1999a). Estes dois últimos foram reunidos no livro *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”* (TRAQUINA, 1999a), organizado por Nelson Traquina e publicado pela editora portuguesa Vega.

Em livros escritos originalmente em Português ou traduzidos para a Língua Portuguesa, a pesquisadora é citada: a) pelos autores lusitanos Mauro Wolf, em *Teorias da comunicação* (1994), Nelson Traquina, em *O estudo do jornalismo no século XX* (2001) e *Teorias do jornalismo. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional* (2005), e Jorge Pedro Souza, em *As notícias e os seus efeitos* (2000); b) pelo estadunidense Michael Schudson, em *Descobrimos a notícia: uma história social dos jornais nos Estados Unidos* (2010); c) pelo espanhol Miquel Rodrigo Alsina, em *A construção da notícia* (2009); d) e pelos brasileiros Felipe Pena, em *Teorias do jornalismo* (2008), e Alfredo Vizeu, em *Decidindo o que é notícia: os bastidores do telejornalismo* (PEREIRA JÚNIOR, 2003).

Traquina, além dos dois livros citados no parágrafo anterior e da organização de um dos poucos livros em Português até o presente momento com textos de Tuchman (*Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*), escreveu para esse mesmo livro o artigo *As notícias*, em que fala sobre as ideias da socióloga estadunidense. Vizeu, além de usar a autora como embasamento teórico, também utiliza a mesma metodologia empregada por ela, a etnografia, que será explicada com mais profundidade mais a frente neste trabalho. Destaca-se que os trabalhos de Tuchman mais usados pelos autores acima como referência são o livro *Making news: a study in the construction of reality*, por Alsina, Pena e Vizeu, e o artigo *A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas*, por Alsina, Schudson e Vizeu.

A fim de discutir no presente trabalho sobre jornalismo criminal, as ideias de Gaye Tuchman serão utilizadas na análise do fenômeno da cobertura jornalística da execução sumária de suspeitos, acusados e sentenciados por crimes hediondos de estupro e homicídio qualificado de criança, adolescente e mulher. Para a apresentação neste artigo dos principais conceitos desenvolvidos por Tuchman na área da Comunicação, foi realizada pesquisa bibliográfica dos trabalhos em Língua Portuguesa da autora e de pesquisadores cujas publicações a referenciam.



1 Newsmaking

Segundo Pena (2008, p. 129), “A socióloga Gaye Tuchman é uma das mais respeitadas pesquisadoras do newsmaking.” Essa corrente teórica “procura descrever como as exigências organizativas e a organização do trabalho e dos processos produtivos influenciam na construção da notícia” (PEREIRA JÚNIOR, 2002, p. 8). Wolf (1994) sinaliza que as conexões e as relações existentes entre a cultura profissional dos jornalistas e a organização do trabalho e dos processos produtivos constituem o ponto central desse tipo de pesquisa.

O newsmaking baseia-se no paradigma da Construção Social da Realidade, corrente da Sociologia do Conhecimento (BERGER; LUCKMANN, 1995), que se centra na importância e no papel dos processos simbólicos e comunicativos como pressupostos da sociabilidade (WOLF, 1994). Por sua vez, a Sociologia do Conhecimento é uma corrente da Sociologia Fenomenológica (SCHUTZ; LUCKMANN, 1973), que reflete sobre a intersubjetividade, isto é, sobre a existência de um patamar mínimo de conhecimento objetivado compartilhado.

A hipótese do newsmaking enxerga a notícia como construção, em oposição à teoria do espelho, segundo a qual a notícia é um reflexo fiel da realidade. Para a hipótese, a linguagem neutral é impossível. As perspectivas do paradigma da Construção Social da Realidade abandonam as pesquisas que estudam efeitos de curto prazo, típicas das pesquisas administrativas antecedentes, para analisar efeitos de longo prazo, cumulativos e cognitivos. Dos estudos dos efeitos intencionais, realizados pelas teorias instrumentalistas, passa-se aos efeitos latentes, não imediatos; e do foco em campanhas eleitorais, às pesquisas da cobertura jornalística global, cotidiana (WOLF, 1994).

Aliás, autores como Pena (2008), Souza (1999) e Traquina (1999a, 2001, 2005) classificam o newsmaking entre as teorias do Jornalismo, e não como Teoria da Comunicação, como o faz Wolf (1994). Traquina (2001), inclusive, enquadra as ideias de Tuchman como teoria etnoconstrucionista.⁴ A hipótese do newsmaking orienta-se para a produção e os produtores da notícia, ao estudar a influência da rotina (constrangimentos organizacionais, condições orçamentárias, distribuição da rede noticiosa, etc.) na representação dos acontecimentos. A produção noticiosa é pensada

⁴ Para a teoria etnoconstrucionista, a notícia é uma construção da cultura profissional dos jornalistas, por meio do processo de produção definido como a percepção, a seleção e a transformação de uma matéria-prima (acontecimentos) em um produto (as notícias) (TRAQUINA, 2001).



como rotina industrial e a notícia é vista como resultado dos diversos fatores envolvidos no processo, isto é, a ação pessoal, social, ideológica, cultural, do meio físico, histórica (SOUZA, 1999).

A partir do newsmaking, Pena (2008) diz que são obrigações dos órgãos de informação: a) tornar possível o reconhecimento de um fato desconhecido como acontecimento noticiável; b) elaborar formas de relatar os acontecimentos como não idiossincráticos; c) e organizar o trabalho no tempo e no espaço para que os acontecimentos noticiáveis afluam e sejam trabalhados planificadamente.

1.1 O newsmaking de Tuchman

Como metodologia no estudo que resultou em sua tese de doutorado e deu origem ao livro *Making News*, Tuchman lançou mão da pesquisa etnográfica,⁵ por meio da observação participante. O período de análise foi de 1966 a 1976. A pesquisadora acompanhou a rotina produtiva de um canal de TV, três jornais impressos de Seaboard e Nova York e da sala de redação da Prefeitura de Nova York. Fez ainda entrevista com ativistas do movimento feminista e repórteres e analisou a cobertura jornalística da época sobre o movimento feminista e uma crise em Nova York (CARVALHO, 2009). O problema central da pesquisa era: em que medida os *media* podem contribuir com a construção social da realidade e como as rotinas do trabalho informativo determinam a produção da notícia?

Tuchman concluiu que os jornalistas trabalham sob a tirania do fator tempo. Diante da imprevisibilidade dos acontecimentos noticiáveis, que podem surgir em qualquer parte e a qualquer momento, os jornais organizam-se de forma a impor ordem no tempo e no espaço. Os veículos jornalísticos esforçam-se para ordenar o tempo por meio da distribuição da rede noticiosa: a) por área geográfica, ao enviar correspondentes e delegações a outros territórios; b) por especialização organizacional, ao escalar sentinelas em instituições, como Senado, Câmara, Palácio do Planalto; c) e por especialização temática, com a manutenção das editorias, cadernos e suplementos (TRAQUINA, 1999b).

Nesse sentido, destaca-se que a notícia, que se propõe a retratar a realidade, ao

⁵ Na pesquisa etnográfica, “Os dados são recolhidos pelo investigador presente no ambiente que é objecto de estudo, quer pela observação sistemática de tudo o que aí acontece, quer através de conversas, mais ou menos informais e ocasionais, ou verdadeiras entrevistas com as pessoas que põem em prática os processos produtivos.” (WOLF, 1994, p. 167)



fazê-lo, também interfere nela, a partir do contexto em que a produção noticiosa está inserida. A distribuição por área geográfica, diante da impossibilidade de enviar correspondentes e delegações a todos os lugares, provoca a dependência dos veículos jornalísticos em relação às agências de notícias e aos *releases* de assessorias de imprensa.

A distribuição da rede noticiosa, tanto por especialização organizacional quanto por especialização temática, produz o mesmo efeito: a escolha de determinados lugares e temas, a partir do entendimento de que existe maior propensão para que as notícias surjam nesses territórios e sobre esses assuntos, faz com que, exatamente por causa de tais escolhas, esses lugares e temas estejam mais presentes no noticiário que outros assuntos e localidades. Para impor ordem no tempo, as empresas jornalísticas trabalham com: a) a expectativa de acontecimentos no horário de expediente; b) o serviço de agenda, que consiste na previsão de acontecimentos; d) o próprio ritmo de trabalho, baseado em valores como o imediatismo e a atualidade; e) e critérios de noticiabilidade.

A expectativa de que acontecimentos deem-se no horário de expediente leva os veículos a reduzirem o tamanho da equipe fora desse horário. O serviço de agenda é uma precaução dos jornais para que não sejam surpreendidos diariamente pela ausência de eventos noticiáveis. Entretanto, os fatos inesperados são exatamente aqueles que melhor se enquadram no conceito de notícia⁶ e, não raro, costumam forçar os veículos a replanejarem suas pautas. Traquina (2005) cita eventos como os atentados ao World Trade Center, em 11 de setembro de 2001, como exemplos de mega-acontecimentos,⁷ compostos muitas vezes pelo inesperado. Além do mais, o próprio ritmo de trabalho, baseado em valores como imediatismo e atualidade, direciona para temas do presente, ainda que como ganchos (*news peg*) para se referirem a fatos do passado.

Os critérios de noticiabilidade são elementos usados por jornalistas para decidir o que deve ou não ser publicado e são negociados pelos agentes do processo produtivo (pauteiro, repórter, editor, revisor, etc.), o que revela o grau de autonomia relativa dos jornalistas. Tuchman (1978) acredita que a noticiabilidade, como produto de múltiplas negociações, legitima o *status quo*. Ao fornecerem informações, os *media* reforçam outras instituições sociais já consolidadas e o poder instituído.⁸ “Para Tuchman, os

⁶ “O que é notícia?” é a questão central do newsmaking, questão para a qual a “reposta dos membros da tribo jornalística não é científica, aparece como instintiva, e permanece quase como uma lógica não explicitada” (TRAQUINA, 2005, p. 96). Ainda assim, diz Traquina (2005, p. 96): “os critérios de noticiabilidade existem, duradouros, ao longo dos séculos.”

⁷ O mega-acontecimento, ou “*what a story!*”, é um dos tipos de notícia, segundo classificação de Tuchman (1978).

⁸ Citam-se como valores-notícia que explicitam a predileção pelos setores hegemônicos identificados na pesquisa de Galtung e Ruge (1999): referência a nações de elite e referência a pessoas de elite. O mesmo pode ser encontrado em



grupos sociais que atuam fora do consenso são vistos como marginais e sua marginalidade é tanto maior quanto mais se afastarem do social legitimado, através da afirmação e da demonstração de atos de violência.” (TRAQUINA, 2001, p. 113).

Diferentes autores (GALTUNG; RUGE, 1999; TRAQUINA, 2005; WOLF, 1994) procuraram sistematizar a classificação dos valores-notícia, isto é, do “conjunto de elementos e princípios através dos quais os acontecimentos são avaliados pelos meios de comunicação de massa e seus profissionais em sua potencialidade de produção de resultados e novos eventos, se transformando em notícia.” (HOHLFELDT, 2001, p. 208) Aqui se apresentam somente duas abordagens: de Wolf - critérios substantivos, relativos ao produto, ao meio de comunicação, ao público, e à concorrência, e de Traquina - de seleção (substantivos e contextuais) e de construção (simplificação, amplificação, relevância e personalização).

Tuchman propõe uma sistematização dos tipos de matérias, que, segundo ela, são classificações que surgem da ação prática propositada para controlar o trabalho. Todavia, a autora admite a fragilidade na fronteira entre os tipos propostos e salienta que a rigidez sugerida pela tipificação é apenas aparente. Para Tuchman, as matérias podem ser duras e leves. As duras podem ainda ser divididas em súbitas, em desenvolvimento e em sequência.

Tabela 1 – Tipificação das matérias, segundo Tuchman

Duras	Factuais (perecíveis)
Leves	Não perdem atualidade ex.: exposição de quadros
Súbitas	Sem previsão ex.: incêndio
Em desenvolvimento	Os fatos vão acontecendo ex.: sequestro em embaixada
Em sequência	Fatos pré-programados ex.: votação das reformas

Fonte: Pena (2008)

Para analisar a confiabilidade da informação e considerando que as fontes são pessoas com interesses, os jornalistas utilizam critérios para avaliar as fontes de informação: a) a autoridade (*status* ocupado dentro de uma hierarquia); b) a produtividade (capacidade de fornecer com frequência informações novas e relevantes);

Traquina (2005), no valor-notícia notoriedade do ator principal do acontecimento, em Wolf (1994), no valor-notícia grau e nível hierárquico dos indivíduos envolvidos.



c) e a credibilidade (capacidade de fornecer informações confiáveis). (TRAQUINA, 2001)

Para Tuchman (1999b), notícias são “estórias”, ou seja, registram as formas literárias e as narrativas escolhidas pelos jornalistas para organizar o acontecimento. A autora adverte, no entanto, que considerar a notícia como estória não é rebaixá-la ou acusá-la de ser ficcional. “Melhor, alerta-nos para o facto de a notícia, como todos os documentos públicos, ser uma realidade construída possuidora de sua própria validade interna.” (TUCHMAN, 1999b, p. 262)

Para Traquina (2001, p. 117): “as notícias são o resultado de processos de interação social não só entre os jornalistas e as fontes, mas também entre os próprios jornalistas, vistos como membros de uma comunidade profissional.” Ainda segundo o autor, os jornalistas fazem parte de uma tribo, uma comunidade interpretativa transnacional. Isso porque esses profissionais partilham uma cultura profissional, uma forma de ver, que extrapola os limites das organizações e dos territórios (TRAQUINA, 2005).

Essa cultura comum está baseada no domínio de um repertório que consiste em saber de narração, saber de reconhecimento e saber de procedimento (TRAQUINA, 2001, 2005). O saber de narração é a capacidade de traduzir os acontecimentos em texto e abrange a linguagem jornalística e as técnicas do *lead* e da pirâmide invertida. O saber de reconhecimento é a capacidade de reconhecer quais acontecimentos possuem valor como notícia (“faro jornalístico”). O saber de procedimento são os conhecimentos necessários que orientam o agir na recolha de dados para a confecção das notícias.

Segundo Traquina (2005), a dificuldade que os jornalistas têm para explicar quais são os critérios que utilizam no processo de produção das notícias é um sinal de que eles priorizarem a ação sobre a reflexão, o que está relacionado ao saber de procedimento. Como consequência do jornalismo como atividade prática, marcada por horas de fecho, percebe-se nas notícias o foco nos acontecimentos e não nas problemáticas (TRAQUINA, 2001; TUCHMAN, 1978).

O pensamento de Tuchman pode ser mais bem compreendido quando revemos os conceitos de tribo, campo e *habitus*. Naquilo que Traquina chama de tribo (comunidade interpretativa), encontra-se equivalência com o que Bourdieu (2007, p. 57) denomina campo: “um espaço social estruturado, um campo de forças – há dominantes e dominados, há relações constantes, permanentes de desigualdade, que se exerce no interior desse espaço”. Bourdieu (1997, p. 105) descreve o campo jornalístico como



“lugar de uma lógica específica, propriamente cultural, que se impõe aos jornalistas através das restrições e dos controles cruzados que eles impõem uns aos outros e cujo respeito (por vezes designado como deontologia) funda as reputações de honorabilidade profissional.”

Segundo Bourdieu (2007), ao se vincular a um campo, o indivíduo assimila suas práticas, passando a vê-las como naturais. Essa lógica é denominada por Bourdieu de *habitus*. De acordo com o autor, *habitus* é o conjunto das práticas de um agente ou do conjunto dos agentes que são o produto de condições semelhantes, que, por sua vez, “são sistemáticas por serem o produto da aplicação de esquemas idênticos ou mutuamente convertíveis - e, ao mesmo tempo, sistematicamente distintas das práticas constitutivas de um outro estilo de vida.” (BOURDIEU, 2007, p. 163)

2 A indústria noticiosa e a indústria da execução sumária

De 2007 a 2012, no jornal Folha de Boa Vista, periódico há mais tempo em circulação na cidade de Boa Vista, capital de Roraima, identificaram-se matérias sobre nove casos de execução sumária de suspeitos, acusados e sentenciados pelos crimes hediondos de homicídio qualificado e estupro de criança, adolescente e mulher. Da mesma forma, diferentes autores relatam a execução de suspeitos e acusados de crimes após a divulgação incisiva desses delitos pela mídia (BATISTA, 2002; SILVA, 2009; VARELLA, 1999). Varella (1999, p. 144), no livro *Estação Carandiru*, narra o seguinte caso:

Na periferia de São Paulo, um homem abusou de um menino e o matou. Os jornais publicaram fotografias do assassino e da criança. Numa tarde de sexta-feira, por aparente descuido burocrático, um grupo de presos veio transferido para a Casa sem a direção se dar conta de que o criminoso estava no meio. Do momento em que ele desceu do camburão na Divinéia, até sua morte no pavilhão Cinco, passaram-se exatos cinquenta minutos. Tomou tanta facada que quase lhe desarticularam o braço direito. Marcolino, apontador de jogo do bicho e comerciante de dinheiro falso, que estava para ser libertado naqueles dias, disse que a chegada do marginal no pavilhão não foi surpresa:

- Nós estávamos para lá de prevenidos. Tinha recorte de jornal espalhado nos andares, com a foto dele escrachada.

Em outro caso, Ronaldo Josias de Souza foi espancado até a morte por cerca de 100 presos, durante o banho de sol, na 126ª Delegacia de Polícia, em Cabo Frio, Rio de



Janeiro, em fevereiro de 2002. O motivo do linchamento seria a denúncia, feita no dia anterior pelo programa Linha Direta, da TV Globo, de que Ronaldo teria matado a própria mulher. Ele foi morto seis horas após ser preso e doze horas depois de terminada a exibição do programa de TV (BATISTA, 2002).

Esses casos apontam para a centralidade do jornalismo na formatação do modo como as pessoas percebem a realidade no mundo contemporâneo. Não se pode negar que a decisão de executar sumariamente os suspeitos, acusados e sentenciados mencionados foi influenciada pela cobertura noticiosa dos crimes atribuídos a eles (agenda setting). Como já mencionado, a notícia é uma construção, resultado das rotinas do processo produtivo. O jornalismo criminal é produto da organização dos veículos para impor ordem no tempo e no espaço, por meio da especialização temática.

De acordo com Hall *et. al.* (1999), o crime é quase por definição notícia. As notícias criminais atenderiam a pelo menos metade dos 12 valores-notícia levantados por Galtung e Ruge (1999) em uma pesquisa clássica em que os estudiosos apresentaram em 1965 uma sistematização dos fatores que influenciam o fluxo noticioso: frequência,⁹ inequivocidade,¹⁰ consonância,¹¹ inesperado,¹² referência a pessoas¹³ e referência a algo negativo.¹⁴ Para Traquina (2005, p. 79), “Onde há morte, há jornalistas. A morte é um valor-notícia fundamental para essa comunidade interpretativa”. Na condição de ruptura maior, a morte¹⁵ é um valor-notícia máximo para o qual todo crime aponta.

Matérias criminais são duras e súbitas. Por atender ao valor-notícia do inesperado (TRAQUINA, 2005), os delitos rompem com a rotina das redações e obrigam os jornalistas a refazerem seu serviço de agenda para incluí-los. A editoria de Polícia foi criada nos jornais impressos no século XIX (BARILLAUD; BIÈQUE;

⁹ Segundo Galtung e Ruge (1999, p. 69), “[...] um acontecimento negativo pode mais facilmente desenrolar-se por completo entre duas edições de um jornal e duas transmissões radiofônicas – isto é mais difícil para um acontecimento positivo.”

¹⁰ “As notícias negativas serão mais facilmente *consensuais* e *inequívocas* no sentido de que haverá acordo acerca da interpretação do acontecimento como negativo.” (GALTUNG; RUGE, 1999, p. 69, grifo dos autores)

¹¹ Para Galtung e Ruge (1999, p. 64, grifo dos autores), “*Quanto mais consonante for o sinal com a imagem mental do que se espera encontrar, mais provável será a audição dessa frequência.*”

¹² “As notícias negativas são mais inesperadas que as positivas, tanto no sentido de que os acontecimentos referidos são mais raros, como no sentido de que são menos previsíveis.” (GALTUNG; RUGE, 1999, p. 70)

¹³ Galtung e Ruge (1999, p. 68) argumentam que “as notícias têm uma tendência para apresentar os acontecimentos como frases onde existe um sujeito, uma denominada pessoa ou colectividade composta por algumas pessoas, e o acontecimento é então visto como uma consequência das acções desta pessoa ou dessas pessoas.”

¹⁴ Existe inclusive em jornalismo uma máxima que diz que notícias boas são as notícias ruins.

¹⁵ Para Duarte (1999, p. 28), a morte marca dois registros da notabilidade de um fato: o excesso e a falha. No excesso, “pela ultrapassagem do limiar físico” e na falha, porque “fulmina repentinamente o corpo são”. Segundo o autor, a morte é um acidente-limite, assim como o nascimento, em relação à qual todas as outras ocorrências se posicionam e se referem (DUARTE, 1999).



DAHLET, 1990 apud PONTE, 2005;¹⁶ DUBIED; LITS, 1999¹⁷ apud PONTE, 2005), mas formas primitivas de jornal já narravam delitos com violência e morte. Segundo Traquina (2005), das 25 folhas volantes¹⁸ inglesas, uma forma pré-moderna do jornal, publicadas em 1616, um terço delas foi dedicado a um tipo de acontecimento: assassinatos.

Pesquisas científicas (CORDEIRO, 2008; MENDONÇA, 2002; PIMENTEL, 2010; RAMOS, PAIVA, 2007) têm demonstrado que as notícias criminais superexpõem a violência, pré-julgam os acusados, expõe os crimes como resultado unicamente de motivações individuais, apresentam territórios e grupos populacionais como tipicamente violentos e fazem apologia à violação dos direitos humanos. A consolidação dessas características indica a inserção delas na cultura profissional dos jornalistas da área como comunidade interpretativa, o que inclui o modo de ver (reconhecimento), agir (saber de procedimento) e noticiar os crimes (saber de narração).

O próprio ritmo de trabalho, baseado em valores como o imediatismo e a atualidade, leva o jornalismo criminal a focar a ocorrência de crimes pontuais (acontecimentos) e não políticas de segurança pública (problemáticas), como consequência da prioridade dada pelo jornalismo em detrimento da reflexão. Pode-se dizer que, a partir de seu capital simbólico (BOURDIEU, 2005), conquistado pela tradição do jornalismo criminal, este construiu a opinião pública (NOËLLE-NEUMANN, 1995) sobre os delitos e seus promotores.

Os media definem para a maioria da população os acontecimentos significativos que estão a ter lugar, mas também oferecem interpretações poderosas acerca da forma de compreender estes acontecimentos. Implícitas nessas interpretações estão as orientações relativas aos acontecimentos e pessoas ou grupos nelas envolvidos. (HALL *et. al.* 1999, p. 228)

Esse processo de agenda setting é configurado a partir da relação estruturada entre os *media* e os definidores primários institucionais, em que estes estabelecem a definição ou interpretação primária do tópico em questão (MOLOTCH; LESTER, 1999). Os definidores primários do jornalismo criminal são a Polícia, fonte que detém o quase monopólio da voz nessa cobertura (HALL *et. al.*, 1999; PAIVA; RAMOS, 2007;

¹⁶ BARILLAUD, Marie-Christine; BIÈQUE, Jacqueline; DAHLET, Patrick. **Le fait divers**. Aspects théoriques, pédagogiques, documentaires. Metz: CIEP, 1990.

¹⁷ DUBIED, Annik; LITS, Marc. **Le fait divers**. Paris: PUF, 1999.

¹⁸ “As ‘folhas volantes’ são diferentes dos jornais em primeiro lugar porque são dedicadas a um único tema [...] e, em segundo lugar, não são publicações regulares. Também não eram folhas de simples informação: as notícias eram sobretudo avisos moralistas e interpretações religiosas.” (TRAQUINA, 2005, p. 64)



PIMENTEL, 2010; VARJÃO, 2008). Para tornar os acontecimentos inteligíveis, os jornalistas trabalham com mapas culturais do mundo social (HALL *et. al.*, 1999) e, a partir desse quadro de significados familiares ao público, ajudam a construir a sociedade como um consenso. Para Varjão (2008, p. 136-137), o fenômeno da violência física

[...] está sendo tratado, no dia-a-dia da mídia, apenas dentro do âmbito da segurança pública, esquecendo-se o da saúde pública; dentro do âmbito da segurança pública, só está sendo considerada a esfera policial, ignorando-se outras instâncias sociais; na esfera policial, está sendo visto apenas o aspecto repressivo-punitivo, em detrimento do preventivo [...].

Para exemplificar como, “apesar dos problemas”, a imprensa tem melhorado o tratamento dos temas associados à violência, à criminalidade e à segurança pública, Ramos e Paiva (2007, p. 15) relatam um diálogo entre jornalistas, promovido em 2004, pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Cândido Mendes:

“Eu peguei o tempo em que o policial batia no preso e o repórter não falava nada”, comentou. Um outro jornalista, um pouco mais velho, replicou em tom de blague: “E eu peguei o tempo em que o repórter batia no preso!”

Reconhece-se o avanço qualitativo da cobertura criminal nos últimos anos. Percebe-se, contudo, que isso se dá ainda com lentidão. Não é difícil encontrar atualmente, por exemplo, apresentadores de programas de TV que cobrem prioritariamente crimes defenderem abertamente o aumento da repressão contra criminosos, inclusive em defesa de propostas inconstitucionais como a prisão perpétua ou a pena de morte.¹⁹ As estatísticas mostram que a população carcerária é em sua maioria formada por jovens do sexo masculino, entre 18 e 29 anos, afrodescendentes e de baixa escolaridade (DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL, 2011), portanto, pertencente a setores socialmente marginalizados.

Conforme defendem as teorias do paradigma das notícias como construção, o jornalismo criminal, assim como os *media*, de modo geral, reproduzem o discurso do grupo hegemônico, para o qual as populações marginalizadas são classes perigosas (COIMBRA, 2001; GUIMARÃES, 1982). Tal discurso liga-se a outros, como o da repressão cada vez maior ao crime e aos criminosos e potenciais criminosos, e o da

¹⁹ No Brasil, não podem existir penas de caráter perpétuo, e a pena de morte é prevista apenas em situações de guerra declarada pelo Presidente da República e autorizada ou referendada pelo Congresso Nacional, quando ocorrida no intervalo das sessões legislativas, em caso de agressão estrangeira (art. 5º, inciso XLVI e art. 84, inciso XIX) (BRASIL, 1988).



supressão aos direitos humanos em nome da “segurança pública”. Esse processo penal – que passa pela mídia - encerra-se na execução sumária, pelas mãos de indivíduos arbitrariamente reconstituídos como extensões da máquina punitiva, em desacordo com os códigos normativos vigentes, tão publicamente defendidos por esse mesmo jornalismo criminal.

REFERÊNCIAS

ALSINA, Miquel Rodrigo. **A construção da notícia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

BATISTA, Nilo. Prefácio. In: MENDONÇA, Kleber. **A punição pela audiência**: um estudo do Linha Direta. Rio de Janeiro: Quartet, 2002. p. 11-15.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

_____. **A Distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgado em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <<http://www.cmm.am.gov.br/pdf/Constituicao.pdf>>. Acesso em: 4 abr. 2012.

CARVALHO, Carlos Alberto de. Sobre limites e possibilidades do conceito de enquadramento jornalístico. **Contemporânea**. Salvador, v. 7, n. 2, p. 1-15, dez. 2009.

COIMBRA, Cecília. **Operação Rio**: o mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública. Rio de Janeiro: Oficina do Autor; Niterói: Intertexto, 2001.

CORDEIRO, Tânia. Apresentação. In: VARJÃO, Suzana. **Micropoderes, macroviolências**. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 13-15.



DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL. Ministério da Justiça. **Relatórios estatísticos - analíticos do sistema prisional de cada Estado da Federação**. BR. Dez/2011.

Disponível em:

<<http://portal.mj.gov.br/depen/services/DocumentManagement/FileDownload.EZTSvc.asp?DocumentID={916E202D-BB11-49F3-9856-B1B3D6CD8065}&ServiceInstUID={4AB01622-7C49-420B-9F76-15A4137F1CCD}>>. Acesso em: 14 jul. 2012.

DUARTE, Adriano. O acontecimento. In: Traquina, Nelson (Org.). **Jornalismo: Questões, teorias e “estórias”**. 2. ed. Lisboa: Vega, 1999. p. 27-33.

GALTUNG, Johan; RUGE, Mari Holmboe. A estrutura do noticiário estrangeiro: a apresentação das crises do Congo, Cuba e Cipe em quatro jornais estrangeiros. In: Traquina, Nelson (Org.). **Jornalismo: Questões, teorias e “estórias”**. 2. ed. Lisboa: Vega, 1999. p. 61-73.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **As classes perigosas: banditismo rural e urbano**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

HALL, Stuart et. al. A produção social das notícias. In: Traquina, Nelson (Org.). **Jornalismo: Questões, teorias e “estórias”**. 2. ed. Lisboa: Vega, 1999. p. 224-248.

HOHLFELDT, Antonio. Hipóteses contemporâneas de pesquisa em comunicação. In: HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga (Orgs.). **Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. p. 187-203.

INFO – EDITORIAL GUSTAVO GILI. **Res: livro “La producción de la noticia”**. Mensagem recebida por <aldenor_pimentel@yahoo.com.br> em 4 jun. 2012.

MENDONÇA, Kleber. **A punição pela audiência: um estudo do Linha Direta**. Rio de Janeiro: Quartet, 2002.

MOLOTCH, Harvey; Lester, Marilyn. As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos. In: Traquina, Nelson (Org.). **Jornalismo: Questões, teorias e “estórias”**. 2. ed. Lisboa: Vega, 1999. p. 34-51.

NOËLLE-NEUMANN, Elisabeth. **La espiral del silencio**. Opinión pública: nuestra piel social. Barcelona: Paidós, 1995.

PENA, Felipe. **Teorias do jornalismo**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

PEREIRA JÚNIOR, Alfredo Eurico Vizeu. **Decidindo o que é notícia**. Os bastidores do telejornalismo. 2002. 152 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade Federal de Pernambuco, 2002.



_____. **Decidindo o que é notícia:** os bastidores do telejornalismo. 3. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

PIMENTEL, Aldenor. Análise de contexto das notícias policiais nos jornais impressos de Boa Vista. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 33, 2010, Caxias do Sul. **Anais do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.** São Paulo: Intercom, 2010. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-2184-1.pdf>>. Acesso em: 22 julho 2012.

PONTE, Cristina. **Para entender as notícias** – linhas de análise do discurso jornalístico. Florianópolis: Insular, 2005.

RAMOS, Silvia; PAIVA, Anabela. **Mídia e violência:** tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

SILVA, Welliton Carlos da. **O suspeito na cobertura jornalística** - A presunção da inocência no jornalismo. 2009. 289 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009.

SOUZA, Jorge Pedro. **As notícias e os seus efeitos.** As “teorias” do jornalismo e dos efeitos sociais dos media jornalísticos. Universidade Fernando Pessoa, 1999. Disponível em: http://www.bocc.ubi.pt/_esp/autor.php?codautor=13. Acesso em: 24 maio 2012.

_____. **As notícias e os seus efeitos.** Coimbra: Minerva Coimbra, 2000.

SCHUTZ, Alfred; LUCKMANN, Thompson. **The structures of the life-world.** Evanston: Northwestern University Press, 1973.

SCHUDSON, Michael. **Descobrimos a notícia:** uma história social dos jornais no Estados Unidos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo:** questões, teorias e “estórias”. Lisboa: Vega, 1999a.

_____. As notícias. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo:** questões, teorias e “estórias”. Lisboa: Vega, 1999b. p. 167-176.

_____. **O estudo do jornalismo no século XX.** São Leopoldo, RS: Unisinos, 2001.

_____. **Teorias do jornalismo.** A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2005.



TUCHMAN, Gaye. **News, the newsman's Reality**. 1969. Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Artes e Ciências, Departamento de Sociologia, Brandeis University, Waltham, 1969.

_____. **Making News: a study in the construction of reality**. New York: The Free Press, 1978.

_____. **La producción de la noticia: estudio sobre la construcción de la realidad**. Barcelona: Gili, 1983.

_____. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1999a. p. 74-90.

_____. Contando “estórias”. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1999b. p. 258-262.

_____. As notícias como uma realidade construída. In: ESTEVES, João Pissarra. **Comunicação e Sociedade**. Lisboa: Livros Horizonte, 2002. p. 94-104.

UNIVERSITY OF CONNECTICUT. College of Liberal Arts and Sciences. Department of Sociology. **Abbreviated curriculum vitae**. Gaye Tuchman. Disponível em: <http://sociology.uconn.edu/faculty/tuchman_cv.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2012.

VARELLA, Dráuzio. **Estação Carandiru**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

VARJÃO, Suzana. **Micropoderes, macroviolências**. Salvador: EDUFBA, 2008.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. 3. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1994.